

# Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em 31  
de dezembro de 2024 e 2023 e  
relatório do auditor  
independente



# Conteúdo

<b>Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas</b>	<b>3</b>
<b>Balanço patrimonial</b>	<b>6</b>
<b>Demonstração do resultado</b>	<b>7</b>
<b>Demonstração do resultado abrangente</b>	<b>8</b>
<b>Demonstração das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstração dos fluxos de caixas</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras</b>	<b>13</b>

---

***Serra do Seridó F1  
Holding S.A.***  
***Demonstrações financeiras  
individuais e consolidadas em  
31 de dezembro de 2024  
e relatório do auditor independente***



## ***Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas***

Aos Diretores e Acionistas  
Serra do Seridó F1 Holding S.A.

### **Opinião**

---

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Serra do Seridó F1 Holding S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia e da Companhia e suas controladas em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

---

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar

### **Responsabilidades da diretoria pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.



Serra do Seridó F1 Holding S.A.

## **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

---

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, em seu conjunto. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas, em seu conjunto, a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Planejamos e executamos a auditoria do grupo para obter evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou unidades de negócio do grupo como base para formar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e revisão do trabalho de auditoria realizado para os propósitos da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de abril de 2025

A handwritten signature in black ink that reads 'Patricio Marques Roche'.

PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes Ltda.  
CRC 2SP000160/F-5

DocuSigned by  
Patricio M. Roche  
Signed By: Patricio Marques Roche 99200540724  
CRL: 99200540724  
Signing Time: 23 Apr 2025 15:13:08  
© ICP Brasil. OJ: Certificado Digital PF A1  
C: BR  
Issuer: AC: SyngularID Multisig  
AA7805429720492

Patricio Marques Roche  
Contador CRC 1RJ081115/O-4

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

## Balço patrimonial

Em 31 de dezembro

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Ativos</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4	20.100	20.474	2.444.143	2.444.958
Títulos e valores mobiliários	5	69.538	1.648.807	78.652.458	54.574.921
Contas a receber	6	-	-	15.624.689	16.816.731
Tributos a recuperar	7	7.725.919	-	27.157.735	-
Adiantamentos a fornecedores		-	-	136.668	129.239
Despesas antecipadas		1.368	-	9.576	-
Dividendos a receber		3.735.966	6.094.947	-	-
Outros ativos		1.312	1.313	23.721	19.720
		<b>11.554.203</b>	<b>7.765.541</b>	<b>124.048.990</b>	<b>73.985.569</b>
Empréstimos a partes relacionadas	23.4	50.750.702	111.422.748	-	-
Tributos a recuperar	7	-	3.803.052	-	22.080.409
Investimentos	8	480.828.213	477.702.757	-	-
Imobilizado	9	-	-	1.255.255.503	1.338.330.575
Direito de uso	10.1	-	-	4.730.388	4.895.332
		<b>531.578.915</b>	<b>592.928.557</b>	<b>1.259.985.891</b>	<b>1.365.306.316</b>
<b>Total de ativos</b>		<b>543.133.118</b>	<b>600.694.098</b>	<b>1.384.034.881</b>	<b>1.439.291.885</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido</b>					
<b>Circulante</b>					
Contas a pagar	12	11.176	55.201	15.802.888	46.991.858
Tributos a recolher	11	2.953.705	3.524.742	5.212.144	8.267.493
Contas a pagar a partes relacionadas	23.1	2.323.036	-	17.819.481	22.170.285
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	24.718.020	69.685.678
Debêntures a pagar	15	-	105.242.389	-	105.242.389
Impostos a recolher		-	-	2.287.955	4.468.351
Passivo de arrendamento	10.2	-	-	158.744	158.744
Dividendos a pagar	23.4	1.964.396	1.572.272	1.964.396	1.572.272
		<b>7.252.313</b>	<b>110.394.604</b>	<b>67.963.628</b>	<b>258.557.070</b>
Empréstimos e financiamentos	14	-	-	768.965.628	683.038.898
Empréstimos com partes relacionadas	23.5	5.242.118	-	5.242.118	-
Passivo de arrendamento	10.2	-	-	7.478.798	6.848.477
Impostos diferidos		-	-	650.455	547.946
Passivo para descomissionamento		-	-	3.095.567	-
		<b>5.242.118</b>	<b>-</b>	<b>785.432.566</b>	<b>690.435.321</b>
Capital social	16.1	522.251.677	338.751.677	522.251.677	338.751.677
Reserva legal	16.3	744.561	331.004	744.561	331.004
Adiantamento para futuro aumento de capital	16.2	-	146.500.000	-	146.500.000
Dividendos adicionais propostos	16.5	7.642.449	4.716.813	7.642.449	4.716.813
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>530.638.687</b>	<b>490.299.494</b>	<b>530.638.687</b>	<b>490.299.494</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>543.133.118</b>	<b>600.694.098</b>	<b>1.384.034.881</b>	<b>1.439.291.885</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**  
**Demonstração do resultado**  
 dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Receitas e custos operacionais	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
Receita líquida de vendas	17	-	-	186.953.859	164.818.630
Custos das vendas	18	-	-	(111.073.820)	(88.860.683)
<b>Lucro bruto</b>		-	-	<b>75.880.039</b>	<b>75.957.947</b>
Despesas gerais e administrativas	19	(302.684)	(220.450)	(3.327.452)	(3.296.947)
Equivalência patrimonial	8	5.306.298	27.086.266	-	-
Outras receitas e despesas	20	55.834	-	3.319.097	-
<b>Lucro operacional</b>		<b>5.059.448</b>	<b>26.865.816</b>	<b>75.871.684</b>	<b>72.661.000</b>
Despesas financeiras	21	(3.236.224)	(26.649.986)	(66.139.135)	(49.601.879)
Receitas financeiras	21	7.344.384	16.879.149	5.042.693	3.928.507
<b>Resultado financeiro</b>		<b>4.108.160</b>	<b>(9.770.837)</b>	<b>(61.096.442)</b>	<b>(45.673.372)</b>
<b>Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>9.167.608</b>	<b>17.094.979</b>	<b>14.775.242</b>	<b>26.987.628</b>
Imposto renda e contribuição social corrente	22	(896.467)	-	(8.419.257)	(9.344.703)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22	-	-	1.915.156	(547.946)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>8.271.141</b>	<b>17.094.979</b>	<b>8.271.141</b>	<b>17.094.979</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Demonstração do resultado abrangente  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	8.271.141	17.094.979	8.271.141	17.094.979
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>8.271.141</b>	<b>17.094.979</b>	<b>8.271.141</b>	<b>17.094.979</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)*



Nota	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Dividendos adicionais propostos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>220.751.677</b>	<b>95.000.000</b>	-	-	<b>(10.474.890)</b>	<b>305.276.787</b>
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	169.500.000	-	-	-	169.500.000
Aumento de capital	118.000.000	(118.000.000)	-	-	-	-
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	17.094.979	17.094.979
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	16.3	-	331.004	-	(331.004)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.4	-	-	-	(1.572.271)	(1.572.271)
Dividendos adicionais propostos	16.5	-	-	4.716.814	(4.716.814)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>338.751.677</b>	<b>146.500.000</b>	<b>331.004</b>	<b>4.716.814</b>	<b>-</b>	<b>490.299.495</b>
Dividendos distribuídos de reserva de lucros	16.3	-	-	(2.967.553)	-	(2.967.553)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	37.000.000	-	-	-	37.000.000
Aumento de capital	183.500.000	(183.500.000)	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	8.271.141	8.271.141
<b>Destinação do lucro líquido do exercício</b>						
Reserva legal	16.3	-	413.557	-	(413.557)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	16.4	-	-	-	(1.964.396)	(1.964.396)
Dividendos adicionais propostos	16.4	-	-	5.893.188	(5.893.188)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>522.251.677</b>	<b>-</b>	<b>744.561</b>	<b>7.642.449</b>	<b>-</b>	<b>530.638.687</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Demonstração dos fluxos de caixa  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	Nota	Controladora		Consolidado	
		2024	2023	2024	2023
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>					
Lucro líquido do exercício		8.271.141	17.094.979	8.271.141	17.094.979
Ajustes de despesas e receitas que não envolvem recurso do caixa:					
Depreciação e amortização	18	-	-	53.502.624	35.206.971
Custos sobre empréstimos e debêntures e juros	21	1.785.470	25.393.251	58.263.017	49.477.450
Rendimentos de títulos e valores mobiliários	21	(75.883)	(496.274)	(4.545.376)	(3.928.507)
Rendimentos de mútuo com partes relacionadas		(7.268.353)	(16.382.875)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferido	22	-	-	(1.915.156)	547.946
Imposto de renda e contribuição social corrente	22	896.467	-	8.419.257	9.344.703
Resultado de equivalência patrimonial	8	(5.306.298)	(27.086.266)	-	-
Outros		-	-	-	-
		<b>(1.697.456)</b>	<b>(1.477.185)</b>	<b>121.995.507</b>	<b>107.743.542</b>
<b>Variações dos ativos e passivos operacionais</b>					
Contas a receber de clientes	6	-	-	1.192.042	(16.725.625)
Adiantamentos a fornecedores		-	311	(7.429)	(128.928)
Despesas antecipadas		(1.368)	-	(9.576)	-
Tributos a recuperar	7	(3.922.867)	(2.254.957)	(5.077.324)	(20.409.083)
Outros ativos		-	-	(4.000)	-
Tributos a recolher	11	(571.037)	1.690.269	(3.055.350)	5.657.501
Contas a pagar	12	(44.025)	15.122	(37.187.482)	(68.362)
Salários e encargos a pagar		-	-	-	(208)
Contas a pagar a partes relacionadas	23.1	2.323.036	-	(4.350.804)	6.957.225
Adiantamentos de clientes		-	-	-	(3.322.763)
Outros passivos		-	(1.313)	-	(19.723)
		<b>(2.216.261)</b>	<b>(550.568)</b>	<b>(48.499.923)</b>	<b>(28.059.966)</b>
<b>Caixa gerado pelas operações</b>		<b>(896.468)</b>	<b>-</b>	<b>(8.581.990)</b>	<b>(5.609.776)</b>
<b>Caixa líquido gerado (aplicado nas) pelas atividades operacionais</b>		<b>(4.810.185)</b>	<b>(2.027.753)</b>	<b>64.913.594</b>	<b>74.073.800</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>					
Empréstimos concedidos a partes relacionadas		(1.783.466)	(88.138.903)	-	-
Recebimentos de empréstimos de partes relacionadas - principal		50.166.025	239.577.053	-	-
Recebimentos de juros sobre empréstimos - partes relacionadas		19.557.840	11.623.797	-	-
Pagamentos na aquisição de imobilizado e intangível	9	-	-	38.840.008	(547.264.776)
Aporte (redução) de capital nas investidas		-	(144.479.011)	-	-
Aplicações (resgates) em títulos e valores mobiliários		1.655.152	(1.152.533)	(19.532.161)	95.607.122
Dividendos recebidos		4.539.825	-	-	-
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos</b>		<b>74.135.376</b>	<b>17.430.403</b>	<b>19.307.847</b>	<b>(451.657.654)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>					
Adiantamento para futuro aumento de capital		37.000.000	169.500.000	37.000.000	169.500.000
Empréstimos obtidos		-	-	53.584.141	213.590.392
Empréstimos obtidos de partes relacionadas		51.000.000	-	51.000.000	-
Pagamento de principal de debêntures	15	(100.002.452)	(130.000.901)	(100.002.452)	(130.000.901)
Pagamento de juros sobre debêntures	15	(7.025.407)	(56.614.966)	(7.025.407)	(56.614.966)
Pagamento de empréstimos - principal	14	-	-	(23.378.802)	-
Pagamento de empréstimos - juros	14	-	-	(45.102.030)	-
Pagamento de empréstimos - partes relacionadas		(45.757.881)	-	(45.757.881)	-
Dividendos pagos	16.4	(4.539.825)	-	(4.539.825)	-
Custos de transação de empréstimos		-	-	-	(1.328.150)
Pagamento de passivo de arrendamento	10.2	-	-	-	(110.259)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento</b>		<b>(69.325.565)</b>	<b>(17.115.867)</b>	<b>(84.222.256)</b>	<b>195.036.116</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa</b>		<b>(374)</b>	<b>(1.713.217)</b>	<b>(815)</b>	<b>(182.547.738)</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Demonstração dos fluxos de caixa  
dos exercícios encerrados em 31 de dezembro  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Variação do caixa e equivalentes de caixa				
No início do exercício	20.474	1.733.691	2.444.958	184.992.696
No final do exercício	20.100	20.474	2.444.143	2.444.958
	<b>(374)</b>	<b>(1.713.217)</b>	<b>(815)</b>	<b>(182.547.738)</b>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**Informações suplementares sobre transações que não envolvem caixa**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Aquisição de imobilizado	-	-	5.998.511	29.812.738
Provisão de juros sobre empréstimos	-	-	-	17.606.345
Rendimento de títulos e valores mobiliários	-	-	-	(10.425.588)
Adição do direito de uso e passivo de arrendamento	-	-	8.538	504.808
Provisão para desmobilização	-	-	3.095.567	-
Reversão de imobilizado	-	-	73.824.102	-

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

## 1 Contexto operacional

A Serra do Seridó F1 Holding S.A. (“Companhia”) é uma Sociedade anônima de capital fechado, regularmente constituída, regida pelas normas da Lei das Companhias por Ações (Lei nº 6.404/1976), com sede e principal estabelecimento na Avenida Almirante Barroso, 00052, sala 1801 à sala 1802, Rio de Janeiro, RJ - CEP: 20.031-918, constituída em 27 de novembro de 2019. Seu acionista controlador final é a EDF Renouvelables S.A., sociedade devidamente constituída de acordo com as leis da República Francesa, com sede em Coeur Défense, Tour B, 100, Esplanade du Général de Gaulle, 92932 Paris, la Défense Cedex.

O projeto se encontra 100% em operação comercial desde agosto/2023.

A Administração reforça o seu comprometimento em honrar com todos os compromissos assumidos com a ANEEL nos contratos de venda de energia já firmados.

### 1.1 Da autorização para operação

O projeto Seridó fase I compõe a primeira fase de projetos eólicos a serem desenvolvidos na região, denominada Fase I, está localizada no município de Junco do Seridó – PB e a autorização para exploração foi adquirida no leilão de energia de nova (LEN A-6), realizado pela ANEEL em outubro de 2019. Foram vendidos em leilão 96,9 MW médio de garantia física.

Após o êxito, nesse leilão, foram constituídas seis novas empresas Parque Eólico Serra do Seridó II S.A. (“Seridó II”), Parque Eólico Serra do Seridó III S.A. (“Seridó III”), Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A. (“Seridó IV”), Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. (“Seridó VI”), Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A. (“Seridó VII”), Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A. (“Seridó IX”), que representam os parques eólicos que produzirão os 29,7 MW contratados. As cláusulas previstas no contrato de venda de energia obtido em leilão (PPA) com entrega contratada a partir de 2025, conforme descrição abaixo:

<b>Compromisso CCEAR</b>	<b>Capacidade</b>	
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	2,4	MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	6,5	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	4,9	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	3,3	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	6,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	6,6	MW
	<b>29,7</b>	<b>MW</b>

<b>Capacidade instalada</b>	<b>Capacidade</b>	
Parque Eólico Serra do Seridó II S.A.	33,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó III S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IV S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A.	49,5	MW
Parque Eólico Serra do Seridó VII S.A.	44,0	MW
Parque Eólico Serra do Seridó IX S.A.	49,5	MW
	<b>33,0</b>	<b>MW</b>

A apuração de energia produzida será mensal, sendo que, desvios negativos deverão ser restituídos pelas Companhias. Desvios positivos serão pagos de acordo com tarifa pré-estabelecida em contrato.

Em 20 de abril de 2020, as seis novas companhias obtiveram, por meio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), outorga pelo prazo de 35 anos, contados a partir da sua publicação no D.O., para construção, operação e manutenção das instalações das usinas eólicas. Sendo que o Parque Eólico Serra do Seridó VI S.A. entrou em operação parcial em 27 de dezembro de 2022.

Características técnicas do projeto: linha de transmissão 500 kV, com extensão aproximada de 26,4 km, conectando a Subestação Elevadora Santa Luzia II.

## 2 Apresentação das demonstrações financeiras

### 2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Diretoria em 25 de abril de 2025.

### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando como base o custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido pelas normas contábeis.

A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1 ou 2 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na Nota 24.

### 2.3 Mensuração do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes, contas a pagar aos fornecedores, adiantamento de clientes, transações com partes relacionadas, empréstimos, financiamentos e debêntures, pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

Os ativos e passivos financeiros mensurados ou divulgados ao valor justo foram classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo, que é apurado mediante informações que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços).

A classificação da mensuração do valor justo está apresentada na Nota 24.

### 2.4 Base de Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e incluem as demonstrações

financeiras da Companhia e de entidades controladas diretamente pela Companhia ou indiretamente através de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia: (i) tem poder sobre a investida; (ii) está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e (iii) tem a capacidade de utilizar seu poder em relação à investida para afetar seus retornos.

A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. Todos os ativos e passivos, resultados, receitas, despesas e fluxos de caixa do mesmo grupo, relacionados com transações entre membros da Companhia, são totalmente eliminados na consolidação. Qualquer investimento retido é reconhecido a valor justo na data em que o controle é perdido.

**(a) Controladas**

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direitos sobre os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a mesma. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, os investimentos em suas controladas são contabilizados através de método de equivalência patrimonial.

Para cálculo de equivalências patrimoniais e consolidação são utilizadas as demonstrações financeiras das controladas na mesma data-base das demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem:

<b>Controladas</b>	<b>Atividade</b>	<b>% Participação</b>
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	Geração de energia eólica	100%
Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A	Geração de energia eólica	100%

**(b) Transações eliminadas na consolidação**

Saldos e transações com controladas e quaisquer receitas ou despesas derivadas entre as companhias são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com Companhia investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

**2.5 Moeda funcional e moeda de apresentação**

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (moeda funcional). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia.

## 2.6 Uso de estimativas e julgamento

Na aplicação das políticas e práticas contábeis da Companhia descritas na nota explicativa nº 3, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos para os quais não são facilmente obtidos de outras fontes.

As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

As principais estimativas que representam risco significativo com probabilidade de causar ajustes materiais ao conjunto das demonstrações financeiras, nos próximos exercícios, estão contempladas a seguir:

<b>Estimativa</b>	<b>Nota Explicativa</b>
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(a)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	(b)
Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos	(c)
Provisão para receita extra/ressarcimento	(d)
Valor justo dos instrumentos financeiros	3.1
Determinação da vida útil do ativo imobilizado	3.6
Capitalização de custos no ativo imobilizado	3.6
Teste de redução ao valor recuperável dos ativos de longa duração e de vida útil indefinida	3.8
Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos	3.14

### (a) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Em consonância com o CPC 25, uma provisão só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### (b) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)

O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro real futuro esteja disponível e possa

ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração a estimativa de lucro tributável (Nota 22).

O imposto de renda e contribuição social diferido passivo são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Sociedade espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Tributos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para que estes créditos fiscais possam ser realizados, exceto:

- Quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal.
- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.
- O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado a cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estejam disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.
- Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.
- Tributos diferidos relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também são reconhecidos no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado.
- Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.
- Tributos diferidos ativos e passivos serão apresentados líquidos se existir um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e se sujeitos à mesma autoridade tributária.

**(c) Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos**

A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir

emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos da Companhia (como o rating de crédito da subsidiária).

**(d) Provisão para receita extra/ressarcimento**

Os contratos das controladas da Companhia possuem características similares, descritas a seguir: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, as controladas têm a obrigação de entregar a energia contratada aos seus clientes; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, conforme a entrega de energia ocorre, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; e (iv) As controladas não possuem histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

**Geração excedente:** Toda geração de energia produzida acima das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em excedentes quadrienais e anuais. São considerados excedentes quadrienais quando a geração acumulada atingir entre 100% e 130% da quantidade de energia contratada e excedentes anuais quando a geração acumulada ultrapassar 130% da quantidade de energia contratada.

**Geração deficitária:** Toda geração de energia produzida abaixo das quantidades mensais contratadas conforme estipuladas pelos contratos CER são reconhecidos no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais. São considerados ressarcimentos quadrienais quando a geração acumulada estiver entre 90% e 100% da quantidade de energia contratada e ressarcimentos anuais quando a geração acumulada for inferior a 90% da quantidade de energia contratada.

**2.7 Classificação entre circulante e não circulante**

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional da entidade;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado; e
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes pela Companhia e suas controladas. Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante. Os passivos fiscais diferidos são classificados no passivo não circulante.

**3 Resumo das políticas contábeis materiais e práticas contábeis**

As políticas contábeis materiais descritas em detalhes abaixo foram aplicadas de maneira consistente no exercício corrente e comparativo apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### **3.1 Instrumentos financeiros**

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

A Companhia classifica seus ativos e passivos financeiros, de acordo com as seguintes categorias:

#### **(a) Ativos financeiros**

Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação, data na qual o Grupo se compromete a comprar ou vender o ativo.

Para fins de mensuração subsequente, o Grupo classifica os ativos financeiros nas categorias abaixo:

- Ativos financeiros ao custo amortizado; e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

##### ***i. Ativos financeiros ao custo amortizado***

Os ativos financeiros ao custo amortizado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado, usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável (vide nota 3.8). Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado incluem contas a receber de clientes e com partes relacionadas, adiantamentos a fornecedores, despesas antecipadas, e caixas e equivalentes de caixa.

##### ***ii. Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado***

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

##### ***iii. Desreconhecimento***

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Não existem operações com instrumentos derivativos no exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## **(b) Passivos financeiros**

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: contas a pagar, contas a pagar com partes relacionadas e empréstimos com terceiros.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, quando aplicável.

## **3.2 Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, todos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. São mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

## **3.3 Títulos e valores mobiliários**

Os títulos e valores mobiliários, referem-se a investimentos financeiros que não são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, ainda que possuam opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade. Os investimentos financeiros referem-se a fundos de investimento e aplicações pós-fixadas e estão atreladas à taxa de Certificados de Depósito Interbancário (CDI). As variações dos valores justos são registradas no resultado quando auferidas.

## **3.4 Contas a receber**

Referem-se a valores a receber referente à venda de energia realizada. Os montantes estão deduzidos, mediante provisão, aos seus valores prováveis de realização, bem como consideram o provisionamento das receitas excedentes à contratada em leilão. A provisão para perdas de créditos esperadas é estabelecida para reconhecer as perdas prováveis de contas a receber, levando-se em consideração as medidas implementadas para restringir a prestação de serviços a clientes com contas em atraso e para cobrar clientes inadimplentes (quando aplicável), conforme montantes disponibilizados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

A Administração avalia periodicamente sua carteira de recebíveis e concluiu que não há histórico de perdas e nem perdas esperadas com as contas a receber da Companhia e, portanto, entende não ser necessária a constituição de provisão para perdas de créditos esperadas, conforme CPC 48.

## **3.5 Investimento em controladas**

O investimento em controladas (Parque Eólico Serra do Seridó II S/A, Parque Eólico Serra do Seridó III S/A, Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A, Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A, Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A e Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A) é avaliado pelo método de equivalência patrimonial das informações financeiras individuais.

As mudanças na participação relativa da controladora sobre a controlada que não resultem em perda de controle devem ser contabilizadas como transações de capital (ou seja, transações com sócios, na qualidade de proprietários), e não resultado ou no resultado abrangente. Em tais circunstâncias, o valor contábil da participação dos não controladores devem ser ajustados para

refletir as mudanças nas suas participações relativa nas controladas.

### **3.6 Imobilizado**

O imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e perdas por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A Depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear em relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas utilizadas estão de acordo com a política interna global do grupo, que na avaliação da Administração melhor representa a vida útil dos bens. A Administração avalia ainda, os prazos de autorização dos parques em face das taxas contidas na política, aplicadas ao restante da vida útil dos ativos imobilizados, no intuito de assegurar que os prazos de concessão dos parques eólicos não sejam inferiores à vida útil remanescente dos equipamentos. Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis. A depreciação do ativo imobilizado não ultrapassa o período de autorização dos parques. Para os ativos atrelados aos parques eólicos, a vida útil estimada é de 25 anos.

O valor recuperável do ativo imobilizado é testado sempre que eventos ou mudanças indiquem que o valor contábil pode não ser recuperado.

No período de construção, os custos inerentes ao processo de construção dos projetos são capitalizados em seu imobilizado quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros e quando tais custos possam ser mensurados com confiança. Os custos que não são elegíveis para capitalização foram reconhecidos como despesa no exercício, conforme incorridos.

### **3.7 Ativo intangível**

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A amortização é reconhecida no resultado. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### **(a) Gastos com projetos eólicos**

Os gastos com desenvolvimentos de projetos eólicos são reconhecidos como ativos intangíveis a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).

Os gastos com projetos eólicos compreendem as licenças ambientais, de instalações, outorgas, contratos de fundiários dentre outras autorizações e gastos pertinentes aos projetos eólicos. Tais gastos são transferidos para o imobilizado quando a entrada em operação do parque e início de amortização.

#### **(b) Software**

As licenças de softwares são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada dos softwares de três a cinco anos. Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

### **3.8 Redução ao valor recuperável dos ativos (impairment)**

#### **(a) Ativos financeiros**

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A abordagem utilizada pela Companhia para cálculo da perda de crédito esperada é a simplificada. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução pela perda de valor é revertida através do resultado.

A PECLD refere-se a uma estimativa contábil do reconhecimento das perdas de crédito esperadas. A companhia não reconhece a PECLD, visto que os contratos de receitas firmados possuem garantias que suportam a liquidação da receita.

A Companhia possui contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais, não estando exposta assim a elevados riscos de crédito. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia não identificou perdas relacionadas a ativos financeiros.

#### **(b) Ativos não financeiros**

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”). Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC exceder o seu valor recuperável.

A Companhia não identificou indicadores de redução ao valor recuperável de seus ativos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

### **3.9 Empréstimos, financiamentos e debêntures**

Os empréstimos são inicialmente reconhecidos pelo valor da transação e subsequentemente demonstrados pelo custo amortizado.

As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva ao longo prazo do empréstimo de tal forma que na data do vencimento o saldo contábil corresponde ao valor devido. Os juros são incluídos em despesas financeiras.

A Companhia optou por apresentar os juros de empréstimos como atividade de financiamento nos seus fluxos de caixa, conforme permitido pelo CPC 03 (R2).

**(a) Debêntures**

Em 14 de junho de 2019 a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. A Companhia realizou a quitação do saldo das debêntures em 01 de abril de 2024.

**3.10 Provisões**

Uma provisão é reconhecida quando a Companhia possui uma obrigação contratual, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

**(a) Provisão para receita excedente e ressarcimentos**

Os contratos de venda de energia são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN). A companhia reconhece por provisão os excedentes de geração de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas. A energia gerada excedente ao compromisso assumido no leilão é precificada pelo valor estabelecido em contrato, considerando suas faixas de tolerância e reconhecida na competência de suas medições. Diferenças negativas entre o compromisso e a geração, caracterizadas como ressarcimento, são reconhecidas por provisão pela companhia no mês de competência conforme metodologia de cálculo estabelecida em cada contrato, esses valores são divididos em ressarcimentos quadrienais e anuais.

**(b) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

Em consonância com o CPC 25, uma provisão contingente só é reconhecida quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado em que seja provável que será necessária uma saída de recursos econômicos para liquidar a obrigação e, finalmente, quando seu valor possa ser razoavelmente confiável. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

A avaliação da probabilidade de perda inclui, além do conceito evidenciado no CPC 25, a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

**3.11 Contas a pagar**

O contas a pagar é reconhecido quando a Companhia possui uma obrigação contratual formalizada, como resultado de um evento passado, confiavelmente estimada e com desembolso de caixa provável. Encontram-se atualizados, quando pertinente, às taxas de câmbio e encargos financeiros, nos termos dos contratos vigentes, de modo que reflitam os valores incorridos até a data do balanço.

**3.12 Passivo para descomissionamento**

O passivo para descomissionamento é mensurado pelo valor presente dos gastos e classificada

no passivo não circulante, essa provisão destina-se ao custeio dos gastos com a desmobilização dos parques eólicos, quais sejam: o desmantelamento dos materiais, equipamentos e instalações, que incorrerão ao término da vida útil econômica dos parques, tendo como contrapartida o imobilizado.

As premissas utilizadas são baseadas em informações atuais sobre custos e outros fatores considerados relevantes, sendo revisadas periodicamente pela Administração.

### **3.13 Resultados financeiros**

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre as aplicações financeiras e mútuos. A receita de juros é reconhecida no resultado a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, debêntures, arrendamentos, variações cambiais, tributos sobre receitas financeiras, e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Os custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos a partir do momento que as SPEs entram em operação comercial.

Durante o período de construção dos parques, o resultado financeiro elegível à capitalização é capitalizado e integrado ao imobilizado do projeto.

### **3.14 Receita de contrato com cliente**

A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

A Companhia e suas controladas reconhecem as receitas de contratos com clientes de acordo com que estabelece o CPC 47– Receita de contrato com cliente. As receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca desses bens ou serviços. A Companhia concluiu, de modo geral, no que tange a geração de energia, a transferência de propriedade e dos riscos e benefícios acontece a partir do momento que a energia é disponibilizada no ponto de conexão da rede.

### **Reforma tributária**

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional (“EC”) no 132, que estabelece a Reforma Tributária (“Reforma”). O modelo da Reforma está baseado num IVA repartido (“IVA dual”) em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a COFINS, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS.

Foi também criado um Imposto Seletivo (“IS”) – de competência federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar.

Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Conseqüentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

**(a) Receita de geração de energia**

A receita da Companhia e de suas controladas decorre da geração de energia elétrica produzida por seus ativos e negociada por meio de contratos com seus clientes. Alguns contratos estabelecem que sejam apuradas, a cada ano e quadriênio contratual, as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada, havendo então a possibilidade de ressarcimentos decorrentes de não atingimento da geração de volumes mínimos de energia, que, uma vez materializado, pode provocar, em determinados períodos do fornecimento, ajustes nos valores das receitas a serem reconhecidas, sendo a Companhia obrigada a restituir valores aos seus clientes em um determinado período de tempo, ou comprar energia a preços de mercado para honrar os termos acordados contratualmente. Também, pode haver desvios positivos entre a energia gerada e a energia contratada, ocasionando receita extra, registrada como redução da provisão de ressarcimento ou contas a receber.

Os Contratos de Energia Nova e/ou Reserva celebrados entre as controladas da Companhia e as distribuidoras ou CCEE estabelecem que sejam apuradas a cada ano e quadriênio contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Os contratos estabelecem faixas para os desvios negativos e positivos, com aplicação de ressarcimento ou receita extra.

**(b) Transações de compra e venda de energia elétrica (curto prazo)**

Os registros das transações de compra e venda de energia no mercado de curto prazo são reconhecidos pelo regime de competência, com base nos dados divulgados pela CCEE, que são apurados pelo produto das sobras ou déficits de energia contabilizadas em determinado mês, pelo PLD correspondente, ou, quando essas informações não estão disponíveis tempestivamente, por estimativa preparada pela Companhia.

**3.15 Tributos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos, que são apresentados de forma segregada nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A Companhia está sujeita ao regime do lucro real, enquanto as empresas operacionais (controladas) estão sujeitas ao lucro presumido (regime de caixa) de apuração dos tributos sobre o resultado.

**(a) Lucro presumido**

As controladas que são classificadas no lucro presumido têm a base de cálculo do imposto de renda e contribuição social determinada mediante a aplicação da alíquota de presunção sobre a receita bruta, sendo 8% para IRPJ e 12% para CSLL, acrescida das demais receitas. Após a formação da base de cálculo, é aplicada a alíquota do IRPJ de 15%, e para a parcela da base que

exceder R\$ 60 no trimestre terá a aplicação de 10% de adicional. Para contribuição social a alíquota aplicada sobre a base de cálculo é de 9%.

**(b) Lucro real**

A Companhia tem o imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

**(c) Tributos correntes**

A provisão para imposto de renda e contribuição social está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada nas alíquotas vigentes no fim do exercício.

**(d) Tributos diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias, no fim de cada exercício de relatório, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos.

**3.16 Arrendamento**

A Companhia e suas controladas aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um passivo de arrendamento (“arrendamento”). Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Para avaliar se um contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado, a Companhia e suas controladas utilizam a definição de arrendamento no CPC 06 (R2).

**(a) Ativos de direito de uso**

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear, desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

**(b) Passivo de arrendamento**

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. Geralmente, a Companhia usa sua taxa incremental sobre empréstimo como taxa de desconto.

O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar suas avaliações se exercerão uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

**(c) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor**

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo em seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

### **3.17 Questões climáticas**

A Companhia considera questões climáticas em estimativas e pressupostos, quando apropriado. Essa avaliação inclui uma ampla gama de possíveis impactos no grupo devido a riscos tanto físicos quanto de transição. Mesmo que a Companhia acredite que seu modelo de negócios e produtos ainda serão viáveis após a transição para uma economia de baixo carbono, questões climáticas aumentam a incerteza nas estimativas e pressupostos subjacentes a vários itens nas demonstrações financeiras.

Mesmo que os riscos relacionados às mudanças climáticas atualmente possam não ter um impacto significativo na mensuração, a Companhia está monitorando de perto mudanças e desenvolvimentos relevantes, como novas legislações relacionadas às mudanças climáticas. Os itens e considerações mais diretamente afetados pelas questões climáticas são:

- Vida útil de propriedade, planta e equipamento: Ao revisar os valores residuais e as vidas úteis esperadas dos ativos, a Companhia considera questões climáticas, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas que podem restringir o uso de ativos ou exigir despesas de capital significativas.
- Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: O valor em uso pode ser afetado de várias maneiras diferentes pelo risco de transição, como legislações e regulamentações relacionadas às mudanças climáticas e mudanças na demanda. Mesmo que a Companhia tenha concluído que nenhuma premissa relacionada às mudanças climáticas seja uma premissa-chave para o teste de impairment de 2023, a Companhia considerou expectativas de aumento nos custos de emissões, aumento na demanda por energia vendida pela unidade geradora de caixa e aumento de custos devido a requisitos mais rígidos de reciclagem nas projeções de fluxo de caixa ao avaliar os valores em uso.

### **3.18 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações**

**(a) Pronunciamentos novos ou revisados e aplicados pela primeira vez**

A seguir, apresentamos revisões e alterações em certas normas, para períodos anuais iniciados

em 01 de janeiro de 2024, que não tiveram impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia:

- CPC 26 / IAS 1: Apresentação das Demonstrações Contábeis;
- CPC 06 (R2) / IFRS 16: Arrendamentos;
- CPC 03 / IAS 7: Demonstrações do Fluxo de Caixa; e
- CPC 40 / IFRS 7: Instrumentos Financeiros.

A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

**(b) Normas e interpretações emitidas, mas ainda não vigentes**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2024. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- IAS 21 - Falta de conversibilidade: Em agosto de 2023, o IASB alterou o IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, adicionando novos requisitos com o objetivo de ajudar as entidades a determinar se uma moeda é conversível em outra moeda e, quando não for, qual a taxa de câmbio à vista a ser utilizada. Antes dessas alterações, o IAS 21 somente estabelecia a taxa de câmbio a ser utilizada quando a falta de conversibilidade fosse temporária. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2025. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu alterações ao IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação para responder a questões práticas recentes, melhorar o entendimento, bem como incluir novos requisitos aplicáveis à empresas em geral e não apenas à instituições financeiras.

As alterações:

- i. esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de caixa;
  - ii. esclarecem e adicionam orientação para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de somente pagamento de principal e juros (“SPPI test”), incluindo situações de ocorrência de um evento contingente;
  - iii. adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ESG); e
  - iv. atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”).
  - v. As referidas alterações têm vigência a partir de 1o de janeiro de 2026. A Companhia não espera que essas alterações tenham um impacto material em suas operações ou demonstrações financeiras.
- IFRS 7 e IFRS 9 – Contratos que tenham como referência energia e cuja energia dependa da natureza: Em dezembro de 2024, o IASB alterou os requisitos de aplicação de own use e hedge accounting previstos no IFRS 9 – Instrumentos Financeiros, bem como adicionou certos requerimentos de divulgações do IFRS 7 - Instrumentos Financeiros - Evidenciação, com o objetivo de assegurar que as demonstrações financeiras apresentem

de forma adequada os efeitos de contratos que tenham como referência energia e cuja geração dependa da natureza (ex.: energia eólica, energia solar, etc.), descritos como 'contracts referencing nature-dependent electricity'. Portanto, se aplicam somente a contratos que expõem uma entidade a variabilidade em função da volatilidade na geração de energia que dependa de condições da natureza.

As alterações trazem:

- i. (i) orientações para a determinação pela entidade se os contratos de energia, que dependem de condições da natureza, devem ser tratados contabilmente como contratos de 'own use';
- ii. (ii) condições a serem consideradas para aplicação de hedge accounting (cash flow hedge); e
- iii. (iii) divulgações sobre características contratuais que expõem a entidade a variabilidades, compromissos contratuais ainda não reconhecidos (fluxos de caixa estimados) e efeitos dos contratos na performance da entidade durante o exercício.

As referidas alterações são aplicáveis a exercícios/períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2026. A Companhia está em processo inicial de análise dos efeitos dessas alterações em suas demonstrações financeiras, porém não espera que resultem em impactos materiais.

- IFRS 18 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: essa nova norma contábil substituirá o IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, introduzindo novos requisitos que ajudarão a alcançar a comparabilidade do desempenho financeiro de entidades semelhantes e fornecerão informações mais relevantes e transparência aos usuários. Embora o IFRS 18 não tenha impacto no reconhecimento ou mensuração de itens nas demonstrações financeiras, espera-se que seus impactos na apresentação e divulgação sejam generalizados, em particular aqueles relacionados à demonstração do desempenho financeiro e ao fornecimento de medidas de desempenho definidas pela administração dentro das demonstrações financeiras. A administração está atualmente avaliando as implicações detalhadas da aplicação da nova norma nas demonstrações financeiras da Companhia. A partir de uma avaliação preliminar realizada, os seguintes impactos potenciais foram identificados:

Embora a adoção do IFRS 18 não tenha impacto no lucro líquido da Companhia, espera-se que o agrupamento de itens de receitas e despesas na demonstração do resultado nas novas categorias tenha impacto em como o resultado operacional é calculado e divulgado.

Os itens de linha apresentados nas demonstrações financeiras primárias podem mudar como resultado da aplicação dos princípios aprimorados sobre agregação e desagregação.

A Companhia não espera que haja mudança significativa nas informações que são atualmente divulgadas nas notas explicativas, uma vez que o requisito de divulgação de informações materiais permanece inalterado; no entanto, a maneira como as informações são agrupadas pode mudar como resultado dos princípios de agregação/desagregação. Além disso, haverá novas divulgações significativas necessárias para:

- i. medidas de desempenho definidas pela administração;
- ii. abertura da natureza de determinadas linhas de despesas apresentados por função na categoria operacional da demonstração de resultado; e
- iii. para o primeiro ano de aplicação do IFRS 18, uma reconciliação para cada linha da demonstração de resultado entre os valores reapresentados pela aplicação do IFRS 18 e os valores apresentados anteriormente pela aplicação do IAS 1.

No que se refere à demonstração dos fluxos de caixa, haverá mudanças em como os juros recebidos e pagos são apresentados. Os juros pagos serão apresentados como fluxos de caixa de financiamento e os juros recebidos como fluxos de caixa de investimento.

A nova norma tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027, com aplicação retrospectiva, isto é, as informações comparativas para o exercício social de 31 de dezembro de 2026 serão reapresentadas de acordo com o IFRS 18.

- IFRS 19: Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas: Divulgações: emitida em maio de 2024, essa nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. A nova norma IFRS 19 tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2027. A Companhia não espera que essas alterações tenham impactos em suas demonstrações financeiras.

Não se espera que essas novas normas e alterações de normas tenham impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Não há outras normas contábeis IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

#### 4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Bancos	20.100	20.474	2.444.143	2.444.958
<b>Total</b>	<b>20.100</b>	<b>20.474</b>	<b>2.444.143</b>	<b>2.444.958</b>

As informações sobre a exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado estão incluídas na Nota 24.

#### 5 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Títulos e valores mobiliários	69.538	1.648.807	78.652.458	54.574.921
	<b>69.538</b>	<b>1.648.807</b>	<b>78.652.458</b>	<b>54.574.921</b>

Referem-se substancialmente a cotas de fundos de investimento, títulos CDB renda fixa e Contas garantias, todos vinculados a taxas pós-fixadas e com rentabilidade média em 2024 de 98,25% sobre o DI CETIP ("CDI") (rentabilidade do FIC Soberano DI Santander).

As operações compromissadas, lastreadas por debêntures, registradas na CETIP ou SELIC, quando aplicável, possuem garantia de recompra diária a uma taxa previamente estabelecida pelas instituições financeiras.

## 6 Contas a receber de clientes

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Contratos de energia de reserva (i)	14.499.088	12.617.643
Contratos de mercado de curto prazo	33.325	3.799.117
Outras contas a receber	1.092.276	399.971
	<u><b>15.624.689</b></u>	<u><b>16.816.731</b></u>

- (i) A Companhia constituiu contas a receber com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica referente a receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia e medida através de relatório de medição mensal. O saldo do compromisso mensal tem um giro médio de 30 dias, contudo o excedente ao compromisso, conforme as regras do contrato, poderá ser recebido anualmente em 12 parcelas, 24 parcelas ou são compensados através do mecanismo de cessão de energia, ao fim do quadriênio ou compensado com eventuais déficits em relação ao compromisso dos anos contratuais seguintes.

A Companhia avaliou seus históricos de recebimentos e identificou que não está exposta a um elevado risco de crédito, uma vez que eventuais saldos vencidos e não recebidos são mitigados por contratos de garantias financeiras assinados na contratação dos leilões de energia ou na formalização de contratos bilaterais. O montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais. Portanto, após as devidas análises não foi identificada a necessidade de eventuais perdas esperadas.

Não há histórico ou expectativa futura de perdas com as contas a receber da Companhia. Portanto, não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito esperada.

## 7 Tributos a recuperar

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Circulante</b>				
IRPJ	2.215.811	-	3.399.382	-
CSLL	34.319	-	639.109	-
PIS	26.730	-	2.655.725	-
COFINS	408.446	-	12.542.273	-
ISS	-	-	55.378	-
IRRF	3.803.116	-	6.480.491	-
Outros	1.237.497	-	1.385.377	-
	<u><b>7.725.919</b></u>	<u>-</u>	<u><b>27.157.735</b></u>	<u>-</u>
<b>Não Circulante</b>				
IRPJ	-	-	-	800.081

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 em 31 de dezembro de 2024  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



CSLL	-	-	-	364.129
PIS	-	-	-	2.534.516
COFINS	-	-	-	11.697.767
IRRF	-	3.803.052	-	6.543.627
Outros	-	-	-	140.289
	-	<b>3.803.052</b>	-	<b>22.080.409</b>
<b>Total</b>	<b>7.725.919</b>	<b>3.803.052</b>	<b>27.157.735</b>	<b>22.080.409</b>

Os créditos fiscais acima, em sua maioria, referem-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte sobre os rendimentos de aplicação financeira não utilizados, no qual foi constituído saldo negativo da Companhia e estão acrescidos da taxa de juros SELIC, podendo ser utilizados para pagamento de qualquer tributo administrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

## 8 Investimentos

A Companhia possui o controle integral de todas as suas controladas (ver Nota 2.4 (a)).

	<u>Saldo em 31/12/2023</u>	<u>Dividendos declarados</u>	<u>Aportes de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2024</u>
<b>Parque Eólico Serra do Seridó II S/A</b>	29.441.596	-	-	(2.136.953)	27.304.643
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	98.706.845	(600.143)	-	2.526.916	100.633.618
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	76.286.987	(391.964)	-	1.650.373	77.545.396
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	97.360.420	(383.517)	-	1.614.808	98.591.711
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	71.673.811	-	-	(1.739.245)	69.934.566
<b>Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A</b>	104.233.097	(805.220)	-	3.390.399	106.818.276
	<b>477.702.756</b>	<b>(2.180.844)</b>	-	<b>5.306.298</b>	<b>480.828.210</b>
	<u>Saldo em 31/12/2022</u>	<u>Dividendos declarados</u>	<u>Aportes de capital</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>	<u>Saldo em 31/12/2023</u>
<b>Parque Eólico Serra do Seridó II S/A</b>	26.621.707	-	3.300.000	(480.111)	29.441.596
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	56.532.812	(1.125.450)	38.000.000	5.299.483	98.706.845
Parque Eólico	48.860.014	(157.913)	26.379.011	1.205.875	76.286.987

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**  
 Notas explicativas às demonstrações financeiras  
 em 31 de dezembro de 2024  
 (em reais, exceto se indicado de outra forma)



Serra do Seridó IV S/A					
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	53.575.437	(3.055.123)	33.500.000	13.340.106	97.360.420
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	64.645.676	-	7.300.000	(271.865)	71.673.811
<b>Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A</b>	61.996.781	(1.756.462)	36.000.000	7.992.778	104.233.097
	<b>312.232.427</b>	<b>(6.094.948)</b>	<b>144.479.011</b>	<b>27.086.266</b>	<b>477.702.756</b>

Abaixo, apresentamos as principais informações financeiras das controladas em 31 de dezembro de 2024 e 2023:

	2024					
	Seridó II	Seridó III	Seridó IV	Seridó VI	Seridó VII	Seridó IX
Ativo circulante	7.587.174	21.591.130	20.088.262	23.337.008	17.730.513	29.877.516
Ativo não circulante	91.136.086	225.864.926	221.177.711	238.489.133	231.278.920	248.943.548
Passivo circulante	8.344.908	7.850.726	12.890.983	14.974.937	13.937.486	10.429.092
Passivo não circulante	63.073.709	138.971.712	150.829.595	148.259.491	165.137.379	161.573.696
Patrimônio líquido	29.441.597	98.106.702	75.895.022	96.976.905	71.673.812	103.427.878
Lucro do exercício	(2.136.953)	2.526.916	1.650.373	1.614.808	(1.739.245)	3.390.399

  

	2023					
	Seridó II	Seridó III	Seridó IV	Seridó VI	Seridó VII	Seridó IX
Ativo circulante	7.771.992	13.500.863	11.554.060	19.218.888	12.932.136	15.813.910
Ativo não circulante	97.900.684	247.611.264	240.638.485	258.430.457	248.970.182	267.952.197
Passivo circulante	13.892.283	30.947.298	26.100.098	33.301.017	27.701.084	30.792.506
Passivo não circulante	62.338.798	131.457.985	149.805.459	146.987.905	162.527.421	148.740.501
Patrimônio líquido	29.921.708	93.407.362	75.081.111	84.020.315	71.945.677	96.240.319
Lucro do exercício	(480.113)	5.299.483	1.205.876	13.340.107	(271.864)	7.992.779

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)



## 9 Imobilizado

Consolidado							
2024							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2023	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2024	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	1.338.330.575	40.982.605	-	(73.824.102)	(53.329.142)	1.252.159.936
Passivo para descomissionamento		-	3.095.567	-	-	-	3.095.567
Instalações em construção		-	-	-	-	-	-
Capitalização do resultado financeiro		-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>1.338.330.575</b>	<b>44.078.172</b>	<b>-</b>	<b>(73.824.102)</b>	<b>(53.329.142)</b>	<b>1.255.255.503</b>
Custo		1.373.374.720					1.343.628.790
Depreciação acumulada		(35.044.145)					(88.373.287)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>1.338.330.575</b>					<b>1.255.255.503</b>
Consolidado							
2023							
Taxa de depreciação	Saldo em 31/12/2022	Adição	Transferência	Reversão	Depreciação	Saldo em 31/12/2023	
Aerogeradores eólicos	4% a.a.	-	632.566.630	740.808.090	-	(35.044.145)	1.338.330.575
Adiantamento para aquisição de ativos		236.594.780	-	(236.594.780)	-	-	-
Instalações em construção		396.927.239	-	(396.927.239)	-	-	-
Capitalização do resultado financeiro		100.105.314	7.180.757	(107.286.071)	-	-	-
<b>Total</b>		<b>733.627.333</b>	<b>639.747.387</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(35.044.145)</b>	<b>1.338.330.575</b>
Custo		733.627.333					1.373.374.720
Depreciação acumulada		-					(35.044.145)
<b>Imobilizado líquido</b>		<b>733.627.333</b>					<b>1.338.330.575</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto quando indicado de outra forma)

---



Atualmente, os ativos da Companhia que estão classificados como aerogeradores eólicos são dados em garantia de empréstimos (vide nota 13). A Companhia efetuou uma avaliação de indicadores de *impairment* para os seus ativos conforme os indicadores previstos no CPC 01 (R1) e não identificou indícios de desvalorização.

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



## 10 Direito de uso e passivo de arrendamento

Os passivos de arrendamento foram mensurados pelo valor presente dos pagamentos remanescentes (sem considerar reajustes inflacionários futuros), descontados à taxa incremental nominal de 9,4% a.a., obtida com base nos seus respectivos empréstimos. Os ativos de direito de uso foram mensurados pelo valor igual ao passivo de arrendamento a valor presente, e, quando aplicável, ajustados pelo valor de quaisquer pagamentos de arrendamento antecipados ou acumulados referentes a esse arrendamento que tiver sido reconhecido no balanço patrimonial imediatamente antes da data da aplicação inicial. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não reconheceu despesas com arrendamentos de curto prazo ou de baixo valor, ou despesas com pagamentos variáveis não incluídos na mensuração de passivo de arrendamento.

Os ativos de direito de uso, referem-se a contratos firmados com proprietários de terrenos, por onde passam as instalações dos parques eólicos, e tem duração mínima de 360 meses.

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, a Companhia possui 41 (quarenta e um) contratos de aluguel reconhecidos em seu balanço patrimonial, a seguir:

### 10.1 Direito de uso

Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2024			
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	4.895.332	8.538	(173.482)	4.730.388
	<b>4.895.332</b>	<b>8.538</b>	<b>(173.482)</b>	<b>4.730.388</b>
Direito de uso de arrendamentos	Consolidado			
	2023			
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Depreciação	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	4.931.988	504.808	(541.464)	4.895.332
	<b>4.931.988</b>	<b>504.808</b>	<b>(541.464)</b>	<b>4.895.332</b>

### 10.2 Passivo de arrendamento

Passivo de arrendamento	Consolidado				
	2024				
	Saldo em 31/12/2023	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2024
Arrendamento de imóveis	7.007.221	8.538	621.783	-	7.637.542
	<b>7.007.221</b>	<b>8.538</b>	<b>621.783</b>	<b>-</b>	<b>7.637.542</b>
Circulante	158.744				158.744
Não circulante	6.848.477				7.478.798

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Passivo de arrendamento	Consolidado				
	2023				
	Saldo em 31/12/2022	Adição	Juros	Pagamentos	Saldo em 31/12/2023
Arrendamento de imóveis	6.031.069	504.808	581.603	(110.259)	7.007.221
	<b>6.031.069</b>	<b>504.808</b>	<b>581.603</b>	<b>(110.259)</b>	<b>7.007.221</b>
Circulante	160.053				158.744
Não circulante	5.871.016				6.848.477

## 11 Tributos e impostos a recolher

Tributos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ e CSLL	18.248	-	18.248	-
PIS sobre faturamento	2.430	90.898	201.152	631.230
COFINS sobre faturamento	14.955	548.634	932.132	3.042.475
Tributos retidos na fonte	9.338	9.944	1.139.419	1.718.523
ICMS	-	-	12.459	-
IOF	2.908.734	2.875.266	2.908.734	2.875.265
	<b>2.953.705</b>	<b>3.524.742</b>	<b>5.212.144</b>	<b>8.267.493</b>

Impostos a recolher	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
IRPJ	-	-	1.438.177	3.308.916
CSLL	-	-	849.778	1.159.435
	-	-	<b>2.287.955</b>	<b>4.468.351</b>

Os impostos e contribuições acima demonstrados foram liquidados no mês de janeiro subsequente a cada exercício demonstrado acima.

## 12 Contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
Serviços prestados	11.176	55.201	269.992	13.038.478
Aquisição de imobilizado (i)	-	-	5.998.511	29.812.738
Serviços de manutenção (ii)	-	-	6.754.905	98.991

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Mercado de curto prazo a pagar	-	-	1.742.370	3.383.630
Custo com energia elétrica	-	-	199.955	-
TUST	-	-	26.665	-
Aquisição de materiais	-	-	110	340.556
Outros	-	-	810.380	317.465
	<b>11.176</b>	<b>55.201</b>	<b>15.802.888</b>	<b>46.991.858</b>

- (i) Refere-se a aquisição de equipamentos para construção do parque eólico das investidas.  
(ii) Refere-se aos custos de manutenção do parque eólico.

### 13 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

A Companhia possui processos avaliados com perda possível, e, portanto, não estão registrados contabilmente, nos seguintes montantes:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Cíveis	30.000	30.000
	<b>30.000</b>	<b>30.000</b>

#### 13.1 Cíveis

Refere-se a um processo cível onde a Parque Eólico Serra do Seridó VI requer que seja declarado a prática de denúncia espontânea com relação ao ISSQN devido junto ao Município de Santa Luzia – PB e requerer a anulação de multas aplicadas no AI nº 22.1.0040/2022 e o devido ressarcimento dos valores já pagos.

### 14 Empréstimos e financiamentos

#### 14.1 BNB:

Em 31 de maio de 2021, as controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito com o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A., no montante de R\$ 500.000.000. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2023, tendo ocorrido a liberação parcial até 31 de dezembro de 2024 em um montante de R\$ 497.604.000.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,21% a.a., com exigibilidade mensal, após o término do período de carência, em 15 de janeiro de 2024. O valor do principal será amortizado em 258 prestações mensais.

#### Garantias

O empréstimo com o BNB conta com fianças bancárias emitidas pelo banco BTG Pactual.

#### 14.2 FDNE:

Em 28 de julho de 2022, as Companhias controladas firmaram contrato de financiamento mediante a abertura de crédito fixo com o Banco do Brasil S.A., por meio do repasse de recursos do Fundo de Desenvolvimento do Nordeste – FDNE, no montante de R\$ 288.000.000. A liberação do empréstimo em questão teve início ao longo do exercício de 2022, tendo ocorrido a

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



liberação parcial até 31 de dezembro de 2024 em um montante de R\$ 263.259.490,81.

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico.

Sobre o principal da dívida incidem IPCA mais juros de 2,59% a.a., com exigibilidade semestral, após o término do período de carência, vencendo a primeira prestação em 1º de dezembro de 2024. O valor do principal será amortizado em 36 prestações semestrais consecutivas.

**Garantias**

Esse financiamento conta com penhor de ações, penhor de máquinas e equipamentos e cessão de direitos creditórios advindos dos contratos de venda de energia.

Abaixo, apresentamos as principais características dos empréstimos obtidos:

**14.3 Linha de crédito**

	Moeda	Encargos anuais	Consolidado	
			2024	2023
Principal BNB PROINFRA	R\$	IPCA+2,21%	513.432.127	497.604.000
Juros - BNB			1.447.867	33.135.400
Custos de captação			-	(1.328.150)
Principal FNDE	R\$	IPCA+2,59%	276.883.371	209.675.350
Juros			1.920.283	13.637.976
			<b>793.683.648</b>	<b>752.724.576</b>
Passivo circulante			24.718.020	69.685.678
Passivo não circulante			768.965.628	683.038.898

**14.4 Movimentação dos empréstimos**

O saldo de empréstimos consolidado está demonstrado abaixo:

<b>Saldo inicial em 01/01/2023</b>	<b>499.353.396</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	<b>752.724.576</b>
(+) Aquisição principal	-	(+) Aquisição principal	53.584.141
(+) Juros apropriados	41.108.941	(+) Juros apropriados	54.527.614
(-) Amortização juros	-	(-) Amortização juros	(45.102.030)
(-) Aquisição principal	213.590.392	(-) Aquisição principal	(23.378.802)
(-) Custo a amortizar	(1.328.153)	(-) Custo a amortizar	1.328.150
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>752.724.576</b>	<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>793.683.648</b>

**Covenants**

A Companhia e suas Controladas possuem cláusulas restritivas que podem gerar devolução das fianças bancárias cedidas em garantia ao contrato de financiamento com o BNB e vencimento antecipado do contrato de financiamento com o FDNE.

Para as cartas fianças, a Companhia deve manter apuração anual, durante toda a vigência das

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



fianças bancárias, do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (“ICSD”) Consolidado, no mínimo, igual ou superior a 1,05, a ser verificado através das demonstrações financeiras consolidadas e auditadas da Companhia.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo IX do CPG, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da Consolidado (“ICSD”) Consolidado para o ano de 2024 foi de 1,67.

Para o FDNE, as controladas deverão manter apuração anual, durante toda a vigência do financiamento do FDNE, do ICSD, no mínimo, igual ou superior a 1,20, a ser verificado através dos demonstrativos anuais consolidados e auditados das Companhias Controladas.

Com base nos parâmetros estabelecidos no Anexo II dos Contratos de Abertura de Crédito Fixo, verificou-se que o Índice de Cobertura do Serviço da (“ICSD”) para o ano de 2024 foi de 1,48 para Serra do Seridó II S.A., 1,86 para Serra do Seridó III S.A., 2,04 para Serra do Seridó IV S.A., 1,79 para Serra do Seridó VI S.A., 1,63 para Serra do Seridó VII S.A. e 1,84 para Serra do Seridó IX S.A.

Não há, no contrato de financiamento com o BNB, covenants financeiros para vencimento antecipado específicos para as Controladas.

Os fluxos de pagamentos futuros não descontados da dívida (principal e juros) a longo prazo são os seguintes

<b>Empréstimos e financiamentos</b>	
2026	88.780.865
2027	88.601.271
2028	86.145.687
2029	83.969.340
2030 - 2045	1.044.509.791
<b>Total</b>	<b>1.392.006.954</b>

## 15 Debêntures

Em 2 de agosto de 2021, a Companhia assinou instrumento de emissão de debêntures de oferta pública, com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM 476 e demais disposições legais aplicáveis, em série única. O agente fiduciário responsável pela emissão é a Pentágono S.A. Distribuição de Títulos e Valores Mobiliários. Foram emitidas 230.000 (duzentas e trinta mil) debêntures no valor nominal de R\$1.000 (mil reais) totalizando a emissão do valor de R\$230.000.000 (duzentos e trinta milhões de reais).

O objetivo desta captação foi para implantação (construção) do parque eólico. O pagamento do saldo de principal e juros das debêntures foi realizado em 01 de abril de 2024. Abaixo, apresentamos as principais características:

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**15.1 Linha de crédito****Controladora e Consolidado**

	<b>Moeda</b>	<b>Encargos anuais</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Debêntures – principal	R\$	CDI + 0,4%	2024	-	100.002.452
Debêntures – juros		-	-	-	5.239.937
				-	<b>105.242.389</b>
Passivo circulante				-	105.242.389
Passivo não circulante				-	-

**15.2 Movimentação das debêntures**

A movimentação das debêntures encontra-se evidenciada abaixo:

<b>Saldo em 01 de janeiro de 2023</b>	<b>266.465.005</b>	<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	<b>105.242.389</b>
(+) Juros apropriados	25.393.251	(+) Juros apropriados	1.785.470
(-) Amortização juros	(56.614.966)	(-) Amortização juros	(7.025.407)
(-) Amortização principal	(130.000.901)	(-) Amortização principal	(100.002.452)
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>105.242.389</b>	<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>-</b>

**Garantias**

As debêntures contam com garantia fidejussória da EDF Renouvelables S.A., controladora indireta da Companhia.

**Covenants**

O instrumento não contempla os *covenants* financeiros para vencimento antecipado.

**16 Patrimônio líquido****16.1 Capital social**

O capital social em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 522.251.677 (R\$ 338.751.677 em 2023), totalmente subscrito em moeda corrente nacional, representado por 522.251.677 (338.751.677 em 2023) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

	<b>Participação%</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Acionistas</b>			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	522.251.677	338.751.677
		<b>522.251.677</b>	<b>338.751.677</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**16.2 AFAC**

A Companhia tem registrado em seu balanço em dezembro de 2024 um montante de R\$ 146.500.000,00 a título de AFAC de sua única controladora EDF EN para cumprimento de suas obrigações. Em maio/2024, a EDF EN do Brasil realizou a subscrição deste montante ora registrado em AFAC.

	<b>Participação%</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Acionistas</b>			
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	100%	-	146.500.000
		-	<b>146.500.000</b>

**16.3 Reserva legal**

É constituída em conformidade com a Lei das Companhias por Ações na base de 5% do lucro líquido de cada exercício e deduzidos de eventuais prejuízos acumulados, até atingir 20% do capital social. Em 31 de dezembro de 2024, o valor constituído no exercício é de R\$ 413.557 (R\$ 331.004 em 2023), totalizando R\$744.562.

**16.4 Dividendos**

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Adicionalmente, a Companhia destinou os outros 75% do lucro líquido do exercício ajustado para dividendos propostos.

Em 31 de dezembro de 2024, o valor destinado para dividendos mínimos obrigatórios no exercício de 2024 é de R\$ 1.572.271.

Os saldos de dividendos a pagar são demonstrados a seguir:

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Lucro líquido do exercício	8.271.141	17.094.979
(-) Prejuízo acumulados anteriores	-	(10.474.890)
<b>Base de cálculo dos dividendos</b>	<b>8.271.141</b>	<b>6.620.089</b>
(-) Constituição da reserva legal	(413.557)	(331.004)
<b>(=) Base para a distribuição dos dividendos</b>	<b>7.857.584</b>	<b>6.289.085</b>
<b>Dividendos mínimos obrigatórios</b>	<b>1.964.396</b>	<b>1.572.271</b>
<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>5.893.188</b>	<b>4.716.814</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



A movimentação dos dividendos a pagar se encontra a seguir:

	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Saldo Inicial	1.572.272	-
Dividendos mínimos obrigatórios	1.964.396	1.572.272
Dividendos adicionais propostos	2.967.553	-
Dividendos pagos	(4.539.825)	-
	<u><b>1.964.396</b></u>	<u><b>1.572.272</b></u>

### 16.5 Dividendos adicionais propostos

A proposta de distribuição de dividendos para os acionistas é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é reconhecido em conta específica como dividendos adicionais propostos dentro da Reserva de lucros no patrimônio líquido, até que seja aprovado em Assembleia pelos acionistas, quando a reserva é revertida contra um passivo nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia constituiu R\$ 5.893.188 (R\$ 4.716.814 em 2023) em dividendos adicionais propostos.

## 17 Receitas de vendas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
Receita bruta de vendas de energia	193.014.789	171.062.408
<b>Receita bruta</b>	<b>193.014.789</b>	<b>171.062.408</b>
(-) Deduções da receita bruta		
PIS	(1.079.344)	(1.111.906)
COFINS	(4.981.586)	(5.131.872)
<b>Total das deduções da receita bruta</b>	<b>(6.060.930)</b>	<b>(6.243.778)</b>
<b>Receita líquida</b>	<b>186.953.859</b>	<b>164.818.630</b>

Em 2024, a companhia registrou um aumento em sua receita líquida devido a entrada em operação dos parques.

## 18 Custos das vendas

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Custos operacionais</b>		
Seguros	(2.627.802)	(1.810.878)
Custos com aluguéis	(2.868.494)	(1.365.935)

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

em 31 de dezembro de 2024

(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Custo com mercado de curto prazo - MCP	(22.462.846)	(7.422.678)
Aquisição de energia elétrica	(1.430.891)	(20.935.090)
Outros custos	-	(185.577)
Outros custos e serviços	(290.880)	-
	<b>(29.680.913)</b>	<b>(31.720.158)</b>
<b>Impostos e taxas</b>		
TUSD	(14.018.091)	(11.938.733)
Taxa de regulamentação	(499.907)	(770.868)
Impostos e taxas diversas	(11.861)	(5.291)
	<b>(14.529.859)</b>	<b>(12.714.892)</b>
<b>Serviços prestados</b>		
Serviços de consultoria	(1.186.172)	(558.039)
Manutenção das instalações	(7.936.901)	(4.984.359)
Serviços de telecomunicações	(550.149)	(195.368)
Outros serviços	-	(170.633)
	<b>(9.673.222)</b>	<b>(5.908.399)</b>
<b>Depreciação e amortização</b>		
Custo com depreciação	(53.329.142)	(35.044.145)
Custo com depreciação do direito de uso	(173.482)	(162.826)
	<b>(53.502.624)</b>	<b>(35.206.971)</b>
<b>Rateio de custos</b>		
Salários	(3.460.515)	(1.960.936)
Previdência social	-	(460.873)
Serviços prestados pelo exterior	(226.687)	(251.922)
Gestão de ativos	-	(337.953)
Outros custos	-	(298.579)
	<b>(3.687.202)</b>	<b>(3.310.263)</b>
<b>Total dos custos de vendas</b>	<b>(111.073.820)</b>	<b>(88.860.683)</b>

## 19 Despesas gerais e administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Despesas administrativas</b>				
Despesas legais	(36.749)	(16.574)	(197.095)	(41.839)
Seguros (Despesas)	(1.368)	-	(9.576)	-
Outras despesas administrativas	-	-	(112.698)	(19.191)
	<b>(38.117)</b>	<b>(16.574)</b>	<b>(319.369)</b>	<b>(61.030)</b>
<b>Impostos e taxas</b>				
Multas	(114.169)	-	(355.774)	(1.188.289)
Imposto e taxas diversas	(21.910)	(18.748)	(606.145)	(198.322)
	<b>(136.079)</b>	<b>(18.748)</b>	<b>(961.919)</b>	<b>(1.386.611)</b>
<b>Despesas com serviços prestados</b>				
Honorários de contadores	(67.101)	(62.784)	(469.709)	(468.647)
Serviços de consultoria	(32.436)	-	(526.035)	(702.410)
Honorários de auditores	(28.951)	(48.108)	(202.654)	(183.362)
Honorários de advogados	-	(49.891)	(7.975)	(322.553)

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Serviços de vigilância	-	-	(356.856)	-
Serviços de limpeza	-	-	(23.730)	-
Serviços de informática	-	(24.345)	(12.106)	(24.344)
Outros serviços (Despesas)	-	-	(153.666)	(147.990)
	<b>(128.488)</b>	<b>(185.128)</b>	<b>(1.752.731)</b>	<b>(1.849.306)</b>
<b>Rateio de despesas</b>				
Outros rateios	-	-	(173.303)	-
Impostos e taxas diversas	-	-	(120.130)	-
	-	-	<b>(293.433)</b>	-
<b>Total das despesas administrativas</b>	<b>(302.684)</b>	<b>(220.450)</b>	<b>(3.327.452)</b>	<b>(3.296.947)</b>

## 20 Outras receitas e despesas

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Outras despesas</b>				
Ganho de capital	-	-	-	-
Outras receitas	-	-	-	-
Recuperação de despesas	-	-	3.086.088	-
Outras despesas (receitas)	55.834	-	233.009	-
	<b>55.834</b>	-	<b>3.319.097</b>	-

## 21 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimento de títulos e valores mobiliários	75.883	496.274	4.545.376	3.928.507
Rendimentos de mútuos	7.268.353	16.382.875	-	-
Variações cambiais ativas	148	-	497.317	-
	<b>7.344.384</b>	<b>16.879.149</b>	<b>5.042.693</b>	<b>3.928.507</b>
<b>Despesas financeiras</b>				
Juros de empréstimos e debêntures	(1.785.470)	(25.370.181)	(56.313.090)	(40.066.721)
Juros sobre arrendamentos	-	-	(621.783)	(581.603)
Juros sobre outras operações	(58.395)	-	(378.383)	(121.172)
Despesas bancárias	(3.416)	(81.161)	(5.737.476)	(4.950.264)
Garantias	-	-	(20.479)	(13.758)
Despesas com IOF	(1.047.427)	(128.862)	(1.252.398)	(2.275.466)
Custos com empréstimos e debêntures	-	-	(1.328.144)	(461.062)
Tributos sobre receitas	(341.265)	(1.058.901)	(341.265)	(1.058.901)

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



financeiras				
Variações cambiais passivas	(251)	-	(251)	-
Outras despesas financeiras	-	(10.881)	(145.866)	(72.932)
	<b>(3.236.224)</b>	<b>(26.649.986)</b>	<b>(66.139.135)</b>	<b>(49.601.879)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>4.108.160</b>	<b>(9.770.837)</b>	<b>(61.096.442)</b>	<b>(45.673.372)</b>

## 22 Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura o resultado pelo lucro real e as suas controladas apuram IRPJ e CSLL pelo lucro presumido.

	Controladora		Consolidado	
	2024	2023	2024	2023
<b>Lucro antes do imposto</b>	9.167.608	17.094.979	14.775.242	26.987.628
Imposto calculado com base em alíquota legal (34%)	3.116.987	5.812.293	5.023.582	9.175.793
Resultados de controladas por equivalência	(1.804.141)	(9.209.331)	-	-
Imposto diferido sobre prejuízo fiscal não reconhecidos no exercício	(1.008.046)	3.397.038	(1.008.046)	3.397.038
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa	591.668	-	591.668	-
Efeitos de controladas tributadas pelo lucro presumido	-	-	1.896.898	(2.680.182)
<b>Encargo fiscal</b>	<b>896.467</b>	<b>-</b>	<b>6.504.101</b>	<b>9.892.649</b>
Despesa com IR e CS correntes	(896.467)	-	(8.419.257)	(9.344.703)
Despesa com IR e CS diferidos (i)	-	-	1.915.156	(547.946)
	<b>(896.467)</b>	<b>-</b>	<b>(6.504.101)</b>	<b>(9.892.649)</b>
Alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social	9,78%	0,0%	44,02%	36,7%

	Consolidado	
	2024	2023
<b>Imposto por natureza</b>		
IRPJ e CSLL sobre lucro	896.467	-
IRPJ e CSLL sobre faturamento (regime caixa)	5.745.470	4.576.776
IRPJ e CSLL sobre receitas financeiras	1.679.570	4.767.927
IRPJ e CSLL sobre outras receitas	97.749	-
	<b>(8.419.257)</b>	<b>9.344.703</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*

**23 Transações com partes relacionadas****23.1 Contas a pagar**

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda. (i)	-	-	17.819.481	22.170.285
Parque Eólico Serra do Seridó III	581.543	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó VI	826.838	-	-	-
Parque Eólico Serra do Seridó IX	914.655	-	-	-
	<b>2.323.036</b>	<b>-</b>	<b>17.819.481</b>	<b>22.170.285</b>

(i) Saldo referente ao contrato de compartilhamento de custos entre a EDF EN do Brasil Participações Ltda (“EDF EN Brasil”) e as SPEs do projeto Serra do Seridó Fase 1 referente ao repasse das despesas necessárias para a gestão e administração da usina eólica.

**23.2 Dividendos a receber**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Parque Eólico Serra do Seridó III	600.143	1.125.449
Parque Eólico Serra do Seridó IV	391.964	157.914
Parque Eólico Serra do Seridó VI	1.938.639	3.055.123
Parque Eólico Serra do Seridó IX	805.220	1.756.461
	<b>3.735.966</b>	<b>6.094.947</b>

**23.3 Dividendos a pagar**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	1.964.396	1.572.272
	<b>1.964.396</b>	<b>1.572.272</b>

A movimentação dos dividendos a pagar, bem como o cálculo para distribuição de dividendos, se encontra na nota 15.4.

**23.4 Empréstimos a receber – partes relacionadas**

Referem-se a empréstimos concedidos pela Companhia às suas controladas, com o objetivo de cumprir com suas obrigações de curto prazo. O empréstimo é atualizado por juros mensais de 1%.

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<b>Controladora</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Parque Eólico Serra do Seridó II S/A	12.446.387	17.831.347
Parque Eólico Serra do Seridó III S/A	-	8.485.291
Parque Eólico Serra do Seridó IV S/A	18.593.986	34.455.393
Parque Eólico Serra do Seridó VI S/A	-	12.029.811
Parque Eólico Serra do Seridó VII S/A	19.710.329	33.415.403
Parque Eólico Serra do Seridó IX S/A	-	5.205.503
	<b>50.750.702</b>	<b>111.422.748</b>

Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos concedido pela controladora às partes relacionadas:

	<b>Seridó II</b>	<b>Seridó III</b>	<b>Seridó IV</b>	<b>Seridó VI</b>	<b>Seridó VII</b>	<b>Seridó IX</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>17.831.347</b>	<b>8.485.291</b>	<b>34.455.393</b>	<b>12.029.811</b>	<b>33.415.403</b>	<b>5.205.503</b>	<b>111.422.748</b>
(+) Aquisição de principal	-	-	611.474	-	-	1.171.992	1.783.466
(+) Juros apropriados	1.215.040	8.120	3.093.851	211.985	2.722.949	16.408	7.268.353
(-) Amortização principal	(6.600.000)	(1.624.068)	(19.566.732)	(4.775.210)	(16.428.023)	(1.171.992)	(50.166.025)
(-) Amortização Juros	-	(6.869.343)	-	(7.466.586)	-	(5.221.911)	(19.557.840)
<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>12.446.387</b>	<b>-</b>	<b>18.593.986</b>	<b>-</b>	<b>19.710.329</b>	<b>-</b>	<b>50.750.702</b>
<b>Saldo em 31/12/2022</b>	<b>18.793.627</b>	<b>45.598.563</b>	<b>45.279.370</b>	<b>45.233.677</b>	<b>55.108.354</b>	<b>48.088.229</b>	<b>258.101.820</b>
(+) Aquisição de principal	3.566.933	3.057.370	33.631.088	3.042.062	29.045.031	15.796.419	88.138.903
(+) Juros apropriados	1.770.787	2.329.358	3.539.248	2.754.072	3.129.903	2.859.507	16.382.875
(-) Amortização principal	(6.300.000)	(42.500.000)	(42.851.082)	(39.000.000)	(49.887.319)	(59.038.652)	(239.577.053)
(-) Amortização Juros	-	-	(5.143.231)	-	(3.980.566)	(2.500.000)	(11.623.797)
<b>Saldo final em 31/12/2023</b>	<b>17.831.347</b>	<b>8.485.291</b>	<b>34.455.393</b>	<b>12.029.811</b>	<b>33.415.403</b>	<b>5.205.503</b>	<b>111.422.748</b>

### 23.5 Empréstimos a pagar – partes relacionadas

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
EDF EN do Brasil Participações Ltda.	5.242.118	-
	<b>5.242.118</b>	<b>-</b>

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



Apresentamos abaixo a movimentação dos empréstimos a pagar pela controladora às partes relacionadas:

<b>Saldo inicial em 01/01/2024</b>	-
(+) Aquisição principal	51.000.000
(+) Juros apropriados	-
(-) Amortização principal	(45.757.882)
(-) Amortização juros	-
<b>Saldo final em 31/12/2024</b>	<b>5.242.118</b>

### **23.6 Remuneração do pessoal chave da Administração**

Durante os exercícios de 2024 e 2023 a remuneração da Administração da Companhia foi realizada diretamente pela Controladora da Companhia, EDF EN Participações Ltda. Assim sendo, não houve remuneração do pessoal chave da Administração nestes períodos.

## **24 Instrumentos financeiros e gestão de riscos**

### Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros. A hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 – Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 – Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 – Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros classificados no nível 2 de hierarquia do valor justo. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar sua liquidez e rentabilidade. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme categorias abaixo:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2024</u>	<u>2023</u>	<u>2024</u>	<u>2023</u>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Caixa e equivalentes de caixa	20.100	20.474	2.444.143	2.444.958
Contas a receber	-	-	15.624.689	16.816.731
Adiantamentos a fornecedores	-	-	136.668	129.239
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos a partes relacionadas	50.750.702	111.422.748	-	-

Valor justo por meio do resultado:

Títulos e valores mobiliários	69.538	1.648.807	78.652.458	54.574.921
-------------------------------	--------	-----------	------------	------------

**Passivos**Mensurados pelo custo amortizado:

Contas a pagar	11.176	55.201	15.802.888	46.991.858
Contas a pagar a partes relacionadas	2.323.036	-	17.819.481	22.170.285
Empréstimos e financiamentos	-	-	793.683.648	752.724.576
Debêntures a pagar	-	105.242.389	-	105.242.389
Passivo de arrendamento	-	-	7.637.542	7.007.221
Passivo para descomissionamento	-	-	3.095.567	-

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- Títulos e valores mobiliários - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial são idênticos ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (Nota 5).
- Caixa e bancos, contas a receber e contas a receber partes relacionadas, contas a pagar e contas a pagar partes relacionadas, dividendos a receber e a pagar, depósitos judiciais e adiantamentos a fornecedores e de clientes - Decorrem diretamente das operações da

Companhia sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se aproxima do valor justo tendo em vista o curto prazo de liquidação destas operações.

- Empréstimos, financiamentos, debêntures e arrendamentos - São classificados como outros passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação, que de acordo com o entendimento da Companhia, reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratar de instrumentos financeiros com taxas que se equivalem às taxas de mercado e por possuírem características específicas.

**24.1 Risco de crédito**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

**Notas explicativas às demonstrações financeiras**  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. Na data das demonstrações financeiras estavam assim apresentados:

	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
	<b>2024</b>	<b>2023</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>Ativos</b>				
<u>Mensurados pelo custo amortizado:</u>				
Caixa e equivalentes de caixa	20.100	20.474	2.444.143	2.444.958
Contas a receber	-	-	15.624.689	16.816.731
Adiantamentos a fornecedores	-	-	136.668	129.239
Contas a receber de partes relacionadas	-	-	-	-
Empréstimos a partes relacionadas	50.750.702	111.422.748	-	-
<u>Valor justo por meio do resultado:</u>				
Títulos e valores mobiliários	69.538	1.648.807	78.652.458	54.574.921

A Administração avaliou, segundo sua política de PECLD (Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa) e, com base no CPC 48, conclui que não há risco de crédito, permanecendo apenas o contas a receber em aberto.

### **24.2 Risco de taxas de juros**

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. A Administração tem seu passivo substancialmente indexado pela TJLP e no mercado inflacionário com a correção dada pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), motivo pelo qual apresentamos análise de sensibilidade da exposição no item (23.5) desta nota.

### **24.3 Risco de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderia estar exposta a dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. Na avaliação desse risco, a Companhia efetua continuamente as previsões de seus fluxos de caixa, visando garantir que a Companhia sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações financeiras nos vencimentos contratados.

Os recursos de caixa excedentes às necessidades presentes são investidos em ativos financeiros, com liquidez diária, através de instrumentos selecionados que garantam os resgates, de acordo com as necessidades programadas da Companhia.

A Companhia avaliou sua capacidade de liquidez conforme nota 2.2 acima.

Segue abaixo o detalhamento dos vencimentos contratuais dos passivos financeiros:

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



	<b>Controladora</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	11.176	-	55.201	-
Contas a pagar a Partes relacionadas	2.323.036	-	-	-
Debêntures a pagar	-	-	105.242.389	-
Dividendos a pagar	1.964.396	-	1.572.272	-
	<b>4.298.608</b>	<b>-</b>	<b>106.869.862</b>	<b>-</b>

  

	<b>Consolidado</b>			
	<b>2024</b>		<b>2023</b>	
	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>&gt; 1 anos</b>
Contas a pagar	15.802.888	-	46.991.858	-
Contas a pagar a partes relacionadas	17.819.481	-	22.170.285	-
Empréstimos e financiamentos	78.830.889	1.392.006.954	57.365.188	1.399.939.962
Debêntures a pagar	-	-	105.242.389	-
Passivo de arrendamento	-	-	110.259	3.418.029
Passivo para descomissionamento	-	3.095.567	-	-
	<b>112.453.258</b>	<b>1.395.102.521</b>	<b>231.879.979</b>	<b>1.403.357.991</b>

#### **24.4 Mensuração dos instrumentos financeiros**

Os valores justos referentes aos instrumentos financeiros caixa e equivalentes de caixa, empréstimos, fornecedores e partes relacionadas são aproximados aos seus valores contábeis, em função de serem transações de curto prazo e não sofreriam impactos relevantes oriundos do risco de taxa de juros ou cambial, nos casos aplicáveis.

#### **24.5 Gestão de capital**

A Companhia obtém recursos diretamente através do investimento feito em suas SPEs controladas, uma vez que elas já se encontram em fase de operação comercial e com fluxo de caixa positivo. O projeto pode contar ainda com a emissão de debêntures para compor seu portfólio de financiamento e fazer frente ao seu capital de giro e compromissos financeiros assumidos.

#### **Análise de sensibilidade**

Em virtude da oscilação histórica do real em relação às moedas estrangeiras, das taxas de juros e dos índices de preços, a Companhia preparou análise de sensibilidade sobre seu principal passivo financeiro demonstrando os eventuais impactos no seu resultado ou no seu imobilizado em 2024, com base em premissas por ela adotadas. Foram definidos três cenários diferentes: Com base no IPCA médio para 2025 publicado pelo sistema de expectativas do Banco Central em 31 de dezembro de 2024, cuja valor definido foi de 3,90 % a.a. sendo estas definidas como cenário provável; a partir desta foram calculadas variações de 25% (possível) e 50% (remoto). Abaixo, o resultado:

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



Operação	Saldo de Financiamento		Juros Projetados para 2024		
	2024	Risco	Cenário I (Provável)	Cenário II (Possível)	Cenário III (Remoto)
<b>Passivos financeiros</b>					
BNDES - BNB	514.879.994	IPCA	53.177.663	60.951.367	68.640.868
BNDES - FNDE	278.803.654	IPCA	20.672.644	23.446.356	26.200.925

## 25 Compromissos assumidos

### 25.1 Contratos de venda de energia

A Companhia está comprometida com venda de energia conforme contratos celebrados, demonstrado abaixo:

	SDS II		SDS III	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	21.024	252.462	56.940	683.751
Preço [R\$/MWh]	135	135	135	135
<b>ACR</b> Subtotal [R\$]	2.843.496	34.145.460	7.701.135	92.477.289
Volume [MWh]	42.014	425.615	118.339	1.198.815
Preço [R\$/MWh]	173	150	173	150
<b>ACL</b> Subtotal [R\$]	7.268.029	63.682.068	20.471.614	179.371.157
<b>Total [R\$]</b>	<b>10.111.525</b>	<b>97.827.528</b>	<b>28.172.749</b>	<b>271.848.446</b>
	SDS IV		SDS VI	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
Volume [MWh]	42.924	515.443	28.908	347.135
Preço [R\$/MWh]	135	135	135	135
<b>ACR</b> Subtotal [R\$]	5.805.471	69.713.651	3.909.807	46.950.009
Volume [MWh]	123.240	1.248.470	140.746	1.425.809
<b>ACL</b> Preço	173	150	173	150

## Serra do Seridó F1 Holding S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)



	SDS VII		SDS IX	
	2025	2026-2037	2025	2026-2037
[R\$/MWh]				
Subtotal				
[R\$]	21.319.549	186.800.730	24.347.895	213.334.926
<b>Total [R\$]</b>	<b>27.125.020</b>	<b>256.514.381</b>	<b>28.257.702</b>	<b>260.284.935</b>
Volume				
[MWh]	52.560	631.155	57.816	694.270
Preço				
[R\$/MWh]	135	135	135	135
Subtotal				
[R\$]	7.108.740	85.363.652	7.819.614	93.900.017
Volume				
[MWh]	132.343	1.340.686	143.547	1.454.183
Preço				
[R\$/MWh]	173	150	173	150
Subtotal				
[R\$]	22.894.290	200.598.513	24.832.430	217.580.398
<b>Total [R\$]</b>	<b>30.003.030</b>	<b>285.962.165</b>	<b>32.652.044</b>	<b>311.480.415</b>

## 26 Seguros

A Companhia mantém apólices de seguro contratado junto a, seguradora definida por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o grau de risco envolvido. A Companhia possui a cobertura de seguros conforme descrito abaixo:

### *Seguro Riscos Nomeados e Operacionais*

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 3.208.530.354 tendo como vigência o período de 1º de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2024. Por oportunidade e necessidade, e com a mesma cobertura e vigência, o seguro foi renovado para o período 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

#### Coberturas

#### Importância seguradas

Lucro cessantes e danos materiais

R\$ 3.208.530.354

### *Seguro Responsabilidade Civil Geral*

Em conformidade com as Condições Gerais para o Seguro de Responsabilidade Civil Geral global, em decorrência de sinistros involuntários, corporais, materiais e morais causados a terceiros, integrantes dos riscos cobertos pela apólice. A importância segurada é de R\$ 94.179.245 tendo como vigência o período de 31 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2025.

**Serra do Seridó F1 Holding S.A.**

*Notas explicativas às demonstrações financeiras  
em 31 de dezembro de 2024  
(em reais, exceto se indicado de outra forma)*



2025.

<b>Coberturas</b>	<b>Importâncias seguradas</b>
Empregador, Companhia concessionária ou não de serviços públicos - energia, responsabilidade civil Cruzada, poluição súbita e acidental	R\$ 94.179.245

### Certificate Of Completion

Envelope Id: 56CBB793-D46D-4F6A-AC0F-303040F2D78C	Status: Completed
Subject: Complete with Docusign: DFs Serra do Seridó F1 Holding 2024.docx	
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)	
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables	
Source Envelope:	
Document Pages: 56	Signatures: 1
Certificate Pages: 2	Initials: 0
AutoNav: Enabled	
Envelopeld Stamping: Enabled	Envelope Originator:
Time Zone: (UTC-03:00) Brasilia	Felipe Azevedo
	Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai São Paulo, São Paulo 04538-132
	felipe.azevedo@pwc.com
	IP Address: 134.238.160.20

### Record Tracking

Status: Original 25 April 2025   11:22	Holder: Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com	Location: DocuSign
Status: Original 25 April 2025   15:13	Holder: CEDOC Brasil BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com	Location: DocuSign

### Signer Events

Signer Events	Signature	Timestamp
Patrício Marques Roche patricio.roche@pwc.com Sócio PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None), Digital Certificate <b>Signature Provider Details:</b> Signature Type: ICP Smart Card Signature Issuer: AC SyngularID Multipla <b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via Docusign	 <p>DocuSigned by: AA780542972D492...</p> <p>Signature Adoption: Drawn on Device Using IP Address: 187.43.147.241</p>	Sent: 25 April 2025   11:23 Viewed: 25 April 2025   13:31 Signed: 25 April 2025   15:13

In Person Signer Events	Signature	Timestamp
-------------------------	-----------	-----------

Editor Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------	--------	-----------

Agent Delivery Events	Status	Timestamp
-----------------------	--------	-----------

Intermediary Delivery Events	Status	Timestamp
------------------------------	--------	-----------

Certified Delivery Events	Status	Timestamp
---------------------------	--------	-----------

Carbon Copy Events	Status	Timestamp
--------------------	--------	-----------

Felipe Azevedo felipe.azevedo@pwc.com PwC BR Security Level: Email, Account Authentication (None) <b>Electronic Record and Signature Disclosure:</b> Not Offered via Docusign		Sent: 25 April 2025   15:13 Viewed: 25 April 2025   15:13 Signed: 25 April 2025   15:13
--	---	---

Witness Events	Signature	Timestamp
----------------	-----------	-----------

Notary Events	Signature	Timestamp
---------------	-----------	-----------

<b>Envelope Summary Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
Envelope Sent	Hashed/Encrypted	25 April 2025   11:23
Certified Delivered	Security Checked	25 April 2025   13:31
Signing Complete	Security Checked	25 April 2025   15:13
Completed	Security Checked	25 April 2025   15:13

<b>Payment Events</b>	<b>Status</b>	<b>Timestamps</b>
-----------------------	---------------	-------------------